

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

2022

FOLHA DE CONTROLE

Título	Política Anticorrupção
Política institucional	Política <i>Anticorrupção</i>
Área responsável	<i>Compliance</i> e Gestão de Riscos
Data de aprovação	30/06/2022
Data de revisão	30/06/2023
Abrangência	<p>AZ Quest Holdings SA (CNPJ: 41.667.352/0001-82)</p> <p>AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ: 04.506.394/0001-05)</p> <p>AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda (CNPJ/MF 21.676.427/0001-84)</p> <p>AZ Brasile Holding LTDA (CNPJ: 37.644.295/0001-49)</p> <p>XP Managers Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ: 32.528.586/0001-58)</p> <p>XP Private Equity I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ: 21.523.833/0001-07)</p>
Procedimentos e documentos relacionados	<p>Lei nº 12.846/2013</p> <p>Lei nº 8.420 de 18 de março de 2015</p> <p>Decreto nº 8.420/2015</p> <p>Instrução CVM nº 558 de 2015</p>

Introdução

As regras descritas na integridade das normas internas e na legislação aplicável às empresas AZ QUEST¹ devem ser cumpridas por todos os acionistas, diretores, analistas, representantes, estagiários ou jovens aprendizes (definidos, resumidamente como “colaborador” ou “colaboradores”), de modo que todos devem ter ciência a respeito do conteúdo disposto.

A presente política Anticorrupção (“Política”) estabelece os preceitos necessários, de acordo às leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora administrativamente e civilmente pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e colaboradores que atuem em nome da sociedade.

Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pela área de *Compliance* não estarão subordinadas, em qualquer hipótese, à área de gestão de recursos ou área de distribuição, conforme disposto na Instrução CVM nº 558 de 2015, artigo 4º, parágrafo 3º incisos I e II.

Premissas

A AZ QUEST, está sujeita às leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora administrativamente e civilmente pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e colaboradores que atuem em nome da sociedade.

Entre as práticas abusivas, estão vedadas as atividades de:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- no tocante a licitações e contratos:
- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

¹ O grupo AZ Quest é composto por: AZ Quest Holdings SA (CNPJ: 41.667.352/0001-82), AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ: 04.506.394/0001-05), AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda (CNPJ/MF 21.676.427/0001-84)

- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Condutas e proibições

Todos os Colaboradores e Parceiros estão proibidos de, no exercício de suas atividades e na defesa dos interesses:

- oferecer, prometer, fazer, autorizar ou proporcionar, diretamente ou através de intermediários, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com a intenção de influenciar ou retribuir qualquer ação oficial ou decisão do referido Agente, em favor do próprio Colaborador ou Parceiro e/ou;
- consentir com o recebimento de qualquer tipo de vantagem que possa ser interpretada como forma de pagamento decorrente de atos lesivos à administração pública, principalmente os relacionados à prática de corrupção.

Os Colaboradores devem se comprometer a seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

A área de *Compliance* da AZ QUEST tem o compromisso de seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

Em atendimento a Lei nº 8.420 de 18 de março de 2015, a AZ QUEST conta com programa de *Compliance* para:

- comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- padrões de conduta, ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;
- procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que

intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

- independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;
- medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
- procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e
- transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.

Todos os colaboradores da AZ QUEST, através da assinatura do termo, dão ciência e cumprimento, conforme a legislação aplicável e às Normas Internas. É de responsabilidade individual a leitura e compreensão.

Atualização, Disseminação de cultura e Manutenção

A presente política foi aprovada internamente, e seu conteúdo é disseminado para todos os colaboradores da AZ Quest, tanto pelas vias de contato cotidianas, como no processo de treinamento imediatamente após o ingresso do colaborador, como no treinamento de atualização anual, conforme os incisos I, II e III do artigo 21 da Instrução CVM nº 558/2015.

Conforme detalhado a cima, anualmente, a área de *Compliance* da AZ Quest é também responsável pela elaboração do Relatório de Supervisão Baseada em Risco de PLDFTP (nos termos da Resolução CVM nº 50 de 2021), Relatório de Controles Internos (Resolução CVM nº 21 de 2021), Relatório de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo de Porte de armas (de acordo com Resolução nº 50 de 2021) e do Relatório de Cadastro e *Suitability* (nos termos das Resoluções CVM nº 30 e 35 de 2021), a serem elaborados até o último dia útil do mês de abril em relação às atividades desempenhadas pela AZ Quest no ano anterior.